

## APRESENTAÇÃO

É com enorme satisfação que apresentamos o segundo número da Revista Geografia em Questão. A partir desta edição a revista será na versão Eletrônica, mostrando nossa preocupação em estar cada vez mais integrados e em contato com a comunidade geográfica brasileira, bem como de propiciar uma disponibilização universal da revista por meio da internet.

Novamente estamos colhendo os frutos de uma gestão que procura a integração, sem perder de vista a qualidade e seriedade com a geografia e para com os geógrafos e associados da AGB. Acreditamos que a geografia a ser construída é aquela voltada à pesquisa e isso inclui os anseios e perspectivas dos geógrafos, mas também deixando claro nossa postura de compromisso com as questões sociais, pois a geografia deve sim desvendar as máscaras sociais e contribuir com a sociedade.

A seguir apresentamos brevemente os textos que estão compondo esta edição.

Ao analisar o campo cubano, Fabrini evidencia a existência de um problema estrutural, ou seja, de uma questão agrária cubana não centrada na concentração de terras, mas no processo produtivo. Esta questão está assentada principalmente na priorização pelo Estado de um “agronegócio estatal” sobretudo da cana-de-açúcar, nos limites colocados à expansão da produção camponesa e na dificuldade do acesso aos meios de produção. O autor procura ainda compreender a vida dos camponeses cubanos a partir de relações de subordinação e resistência frente à prioridade estatal dada a uma agricultura empresarial cooperativa.

Em seu artigo sobre o des-controle dos territórios e das fronteiras, Rogério Haesbaert, procura associar o conceito de território ao controle da acessibilidade, no sentido de que o acesso possibilita condições para criar um determinado território. Para tanto, o domínio do espaço é fundamental para o exercício desse tipo de controle, pois o acesso é determinado por relações de poder entre incluídos e excluídos. Ainda segundo o autor, a mobilidade de alguns cria a sua territorialização, enquanto que a imobilidade de outros pode desencadear sua desterritorialização. Assim, o autor salienta que não são os muros ou cercas que definem o território, mas a relação social que se constrói neste espaço.

Nildo Melo apresenta em seu texto algumas considerações a respeito da mudança tecnológica e de gestão do processo produtivo baseado em formas de produção e de trabalho flexibilizadas. Para o autor, essas mudanças não acarretaram transformações no conteúdo e nos postos de trabalho que reforçassem a exigência de um maior nível de escolaridade e qualificação para a entrada e permanência no emprego. No entanto, na visão do autor, este fato não pode ser considerado como garantia de estabilidade, pelo menos na pesquisa realizada em empresas de Presidente Prudente/SP, pois se observou alta taxa de rotatividade, informalidade, além da terceirização.

Em seu artigo, Noronha e Hespanhol questionam a visão dicotômica entre o rural e o urbano, apontando como sendo uma construção social de análise e que em grande medida os autores tendem a privilegiar o aspecto urbano em suas pesquisas. Segundo os autores isso ocorre devido à perspectiva adotada ao analisar dada realidade. Nesse sentido adotam o conceito de nova ruralidade, afirmando a existência de ruralidades no espaço urbano e urbanidades no espaço rural, criadas a partir do movimento contraditório da sociedade. Para tanto, afirmam que a análise deve partir do ponto de vista relacional, o que requer do pesquisador uma visão integradora dos fatos.

A agricultura orgânica familiar existente no Assentamento Chico Mendes, é discutida no artigo de Robson Brasileiro. O autor aponta que esta atividade associa alguns elementos

essenciais para a sustentabilidade, tais como: a preocupação ecológico-ambiental, a estrutura social agrária com base na unidade familiar e o trabalho agrícola direcionado ao associativismo e ao cooperativismo. Representa também uma ruptura, contraposição à monocultura de cana-de-açúcar existente na região, sendo ainda uma forma dos assentados buscarem a sua autonomia. Além disso, segundo o autor, esta prática tende a estender as inter-relações e complementaridades entre os assentados, fortalecendo a tradição e identidade da agricultura familiar.

Souza ao analisar a cidade de Arapiraca/AL aponta para o papel que as cidades médias têm desenvolvido, como por exemplo, abarcando funcionalidades de bens e serviços. De acordo com o autor, as cidades médias seguem uma lógica de reestruturação urbana desde a década de 70 no Brasil, e Arapiraca segue esta tendência e acaba desenvolvendo com as cidades de seu entorno intensas relações intraurbanas, que são representadas nas interações espaciais que conectam toda a rede urbana do oeste de Alagoas.

A relação do fumicultor com as empresas compradoras de fumo é abordada por Braga, como sendo de subordinação e exploração, sendo que neste processo o agricultor tem apenas o controle formal do trabalho. O autor salienta ainda a respeito dos baixos preços pagos pelo produto, além das condições de trabalho atenuantes e prejudiciais à saúde do fumicultor. Mesmo tendo seus meios de produção, o autor aponta a necessidade dos agricultores desenvolverem uma consciência crítica em relação a sua situação de subordinação, das condições de trabalho e sobre o impacto ambiental causado pelo uso de defensivos agrícolas em sua produção.

Os autores Gonçalves e Silva apontam em seu texto as formas de precarização e exploração dos trabalhadores de material reciclável em Nova Andradina/MS. Salientamos a importância da participação dos autores no projeto de extensão: “Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis: Inclusão Social e Educação Ambiental” numa parceria da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul com a prefeitura municipal, cujo objetivo é tentar criar um ambiente menos precário e de melhor rendimento aos trabalhadores.

Os autores Paulo, Carvalho Sá e Oliveira, trazem para discussão a questão da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável como alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista assentado na busca do lucro a qualquer preço, causando impactos ambientais irreversíveis ao planeta. Colocam em pauta a busca de formas de conscientização ambiental por meio de outros mecanismos além da educação formal, como associações de bairros e ONGs. Apontam também para a necessidade de promoção pelo poder público, de estratégias para conscientização através da Educação Ambiental (EA), tanto no ambiente escolar como no ambiente familiar. A Educação Ambiental é considerada pelos autores como estratégia fundamental para a promoção da sustentabilidade.

Mais uma vez, saudamos a todos por mais essa conquista. Viva a geografia!

Djoni Roos  
Terezinha Brumatti Carvalhal  
Editores